



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0179703-5/02 –
RECIFE/PE**

AGRAVANTE: JOEL CÂNDIDO CARNEIRO BISNETO

ADVOGADO: o próprio

AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: PAULO ALVES DA SILVA

RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

2ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO REGIMENTAL NO
AGRAVO DE INSTRUMENTO – EXECUÇÃO – CAUÇÃO –
DISPENSA VERBA NATUREZA ALIMENTAR – NECESSIDADE NÃO
DEMONSTRADA – RECURSOS NÃO PROVIDO.

DECISÃO: "À unanimidade de votos, negou-se provimento
ao recurso, nos termos do voto do Relator."

DATA DO JULGAMENTO: 28 de maio de 2014.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo
Regimental no Agravo de Instrumento nº 0179703-5/02, em que figura
como agravante JOEL CÂNDIDO CARNEIRO BISNETO e agravado,
BANCO DO BRASIL S/A, ACORDAM os Exmos. Srs. Desembargadores,
componentes da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do
Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, negar provimento
aos agravos, nos termos do voto do Relator.

Recife, 29 de maio de 2014.

Adalberto de Oliveira Melo
Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO nº 0179703-5/02 – RECIFE/PE
AGRAVANTE: JOEL CÂNDIDO CARNEIRO BISNETO
ADVOGADO: o próprio
AGRAVADO: BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO: PAULO ALVES DA SILVA
RELATOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
2º CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Agrava, regimentalmente, JOEL CÂNDIDO CARNEIRO BISNETO, da decisão por mim proferida, nos autos do Agravo de Instrumento, em que concedi efeito suspensivo ao mesmo, determinando a prestação de caução, em garantia em execução provisória movida pelo mesmo, arguindo que o banco agravante sequer apresentara razões que fundamentassem o perigo da demora, notadamente em função de tratar-se de quantia irrisória diante dos lucros auferidos pela instituição financeira e, em contrapartida, constituiriam verba de natureza alimentar para os exequentes, uma vez que objetivam pagar seus honorários advocatícios, pedindo, assim, a reforma do *decisum*.

É o relatório.

VOTO

Adoto como razões do meu voto os fundamentos contidos na decisão agravada, a seguir, transcrita:

(...)O presente recurso foi interposto em face de decisão proferida nos autos do Pedido de Cumprimento Provisório de Sentença que se acha às fs. 208/210 destes autos.

Além de se insurgir contra a decisão que autorizou o levantamento da quantia penhorada, insurge-se, ainda,

banco agravante, contra a aplicação da multa de 10º sobre o valor cobrado; os honorários advocatícios fixados, e as custas processuais.

Decerto que a autorização para levantamento do quantum penhorado, por parte do exeqüente, violou o art. 475-O, inciso III, do Código de Processo Civil, pois tal decisão poderá vir a causar prejuízo irreparável, senão de difícil reparação ao agravante acaso a ação principal, ainda sem trânsito em julgado, seja modificada. A regra geral é de que o juiz deve dar especial atenção ao poder geral de cautela, somente permitindo o levantamento de quantia penhorada em pedido provisório de cumprimento de sentença, após a prestação de caução idônea a ser prestada nos próprios autos, capaz de reparar qualquer possibilidade da parte sofrer dano, mesmo porque não se trata de caso de dispensa de caução. A autorização para recebimento de qualquer quantia sem a prestação de caução, somente pode ser deferida se a mesma for incontroversa, de modo que não caiba mais recurso que possa modificar o decisorio à respeito ou for de pequena monta desde que tenha o caráter alimentar, que não é o caso.

No repertório de jurisprudência do Egrégio STJ vários são os precedentes a respeito, como os exemplos que cito:

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. VENDA EM VALOR INFERIOR À BASE DE CÁLCULO PRESUMIDA. AUSÊNCIA DE DIREITO À RESTITUIÇÃO. NECESSIDADE DE CAUÇÃO. GARANTIA DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE DE GRAVE DANO AO EXECUTADO. ART. 588, II, DO CPC. RECURSO PROVIDO.

1. Como regra geral, na execução provisória, o credor deve prestar caução, para garantir os danos eventualmente causados ao devedor, nos termos do art. 588, II, do CPC (atualmente revogado pela Lei 11.232/2005). Todavia, a essa regra cabe temperamentos, em situações peculiares, que justifiquem a dispensa da caução, e desde que não exista perigo de irreparabilidade ou irreversibilidade do possível dano. Precedentes.

2. É plenamente exigível a referida caução sempre que houver a possibilidade de ser reformado o julgado que deu origem à execução provisória, por ser o direito da parte controvertido ou por se tratar de questão cuja jurisprudência dos Tribunais



Superiores esteja sinalizando em sentido contrário à matéria inserta no título executivo judicial.

3. Na hipótese dos autos, a caução não pode ser dispensada, em face da incerteza que pesa sobre o direito material perseguido pela empresa. Isso, porque o direito material controvertido inserto no acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça estadual, que deu origem à execução provisória, refere-se ao direito de a empresa restituir-se dos valores recolhidos a maior a título de ICMS, em decorrência da diferença entre a base de cálculo presumida, no regime de substituição tributária, e o real valor da operação de venda de veículos automotores.

4. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça, revendo sua orientação para acompanhar o novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, passou a delinear a impossibilidade de restituição de eventuais excessos decorrentes da venda realizada por preço inferior ao da base de cálculo presumida, considerando apenas possível tal creditamento no caso de a venda presumida não se realizar.

5. O direito objeto de execução provisória é precário, porquanto pode ser modificado em decisão definitiva, mormente porque ainda há recurso extraordinário pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal. Desse modo, é devida a caução de que trata o art. 588, II, do Código de Processo Civil, como forma de garantir o devedor-executado contra eventual prejuízo no creditamento dos referidos valores. 6. Recurso especial provido.

(REsp 656077 / MG. Rel. Ministra DENISE ARRUDA. STJ - PRIMEIRA TURMA. DJ 29/10/2007 p. 179)

(...)

Registro que, em se tratando a verba exequenda de honorários advocatícios, "o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário n. 470.407/DF (DJ 18.7.2007), ao interpretar os arts. 22 e 23 da Lei n. 8.906/94, asseverou que os honorários advocatícios incluídos na condenação pertencem ao advogado, consubstanciando prestação alimentícia" (REsp 874.309/PR, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ª T., DJe 27.05.10).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA ALIMENTAR. PENHORABILIDADE DA REMUNERAÇÃO DO DEVEDOR. 1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se

os embargos de declaração. 2. Os honorários advocatícios, contratuais ou sucumbenciais, têm natureza alimentícia. Assim, é possível a penhora de verbas remuneratórias para pagamento de honorários advocatícios. 3. Negado provimento ao agravo. (STJ- 3º T., AgRg no AREsp 387601 / RS, Rel. Min. Nancy Andrigui, j. 22.10.13, DJe 28.10.13)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SOCIEDADE DE ADVOGADOS. NATUREZA ALIMENTAR. IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA. 1. Consoante já decidiu esta Turma, ao julgar o AgRg no REsp 1.228.428/RS (Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 29.6.2011), os honorários advocatícios, mesmo aqueles pertencentes à sociedade de advogados, possuem natureza alimentar. Como os honorários constituem a remuneração do advogado - sejam eles contratuais ou sucumbenciais -, tal verba enquadra-se no conceito de verba de natureza alimentícia, sendo portanto impenhorável. 2. Recurso especial provido. (STJ- 2º T., REsp 1358331 / RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 19.02.13, DJe 26.02.13)

Entrementes, não se encontra nos autos qualquer demonstração de necessidade de cumprimento imediato da sentença, com pagamento das referidas verbas, sob pena de dano irreparável aos exequentes, razão pela qual não se mostra adequado e razoável que se faça independentemente de caução.

Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO DIRIGIDO CONTRA DELIBERAÇÃO UNIPESSOAL PROFERIDA NO ÂMBITO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA (CONDICIONANDO O LEVANTAMENTO DE DEPÓSITO JUDICIAL À PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO IDÔNEA) - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. Levantamento de depósito em dinheiro no âmbito da execução provisória de sentença. **A prestação de caução suficiente e idônea pelo exequente pode ser dispensada nos casos de crédito de natureza alimentar ou decorrente de ato ilícito, inferior a sessenta salários mínimos, quando demonstrada situação de necessidade** (artigo 475-O, inciso III, § 2º, inciso I, do CPC). Hipótese em que o Tribunal de origem, malgrado o deferimento de benefício da assistência judiciária (fundado em presunção relativa da insuficiência de recursos para custeio da demanda), entendeu não comprovada

situação de necessidade do exequente, pugnando, outrossim, pelo risco de irreversibilidade da medida. Incidência das Súmulas 7/STJ e 283/STF a obstar o conhecimento do apelo extremo. 2. Agravo regimental desprovido. (STJ- 4º T., AgRg no REsp 1430570 / GO, Rel. Min. Marco Buzzi, j. 20.03.14, DJe 31.03.14)

Ante o exposto e à inexistência de elementos de convicção que poderiam mudar o entendimento em relação à matéria, meu voto é no sentido de negar provimento ao presente Agravo Regimental.

É como voto.


Des. Adalberto de Oliveira Melo
RELATOR